

# Proposta proíbe concurso público exclusivo para cadastro de reserva

Texto também veda abertura de novo certame enquanto o anterior for válido. Outra mudança na Constituição cria regras gerais para seleções de todo o país

Anderson Vieira

RECLAMAÇÕES DE CONCURSANDOS e estudantes insatisfeitos com os processos seletivos, as bancas examinadoras e a postura de administradores públicos em relação aos concursos públicos são recebidos com frequência por Paulo Paim (PT-RS), por e-mails, redes sociais ou em seu gabinete. Com o objetivo de amparar os candidatos, o senador apresentou uma proposta de emenda à Constituição que põe fim a um dos maiores motivos de queixas: a realização de concurso somente para a formação de cadastro de reserva.

Segundo a PEC 29/2016, o cadastro, que costuma ser utilizado para contratações futuras do órgão ou entidade quando a administração não sabe ao certo



Pela proposta de Paulo Paim, cadastros de reserva poderão continuar existindo, mas vagas destinadas a formá-los ficarão limitadas a 20% dos cargos correspondentes vagos

quantas vagas estarão disponíveis, pode continuar existindo, mas a quantidade de vagas destinadas à formação desse cadastro ficará limitada a 20% dos correspondentes cargos ou empregos públicos vagos.

A proposição também veda a abertura de um novo certame enquanto houver candidatos aprovados em seleção anterior válida. Ainda pela proposta, o número de vagas ofertadas deve

ser igual ao número de cargos ou empregos vagos, sendo obrigatório o preenchimento de todos esses postos.

— Criou-se uma indústria de concursos neste país. As pessoas fazem a prova, eles dizem que o número de vagas vale pelos próximos dois anos, não chamam ninguém e começam a fazer concurso de novo. E assim sucessivamente — lamenta Paim. O senador lembrou o sacrifício

feito pelos estudantes, que tentam o futuro em certames longe de suas casas e depois ficam sem perspectiva de nomeação:

— As pessoas pagam, deslocam-se pelo Brasil todo e depois fazem novamente para cadastrar de reserva. Não dá. É uma picaretagem — opina.

A PEC 29/2016 altera o artigo 37 da Constituição. O texto está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sob a relatoria de Ivo Cassol (PP-RO), que ainda não apresentou parecer. Paim está confiante de que a tramitação avance ao longo deste ano.

## Apoio

Se depender da população, o texto não terá dificuldade de ser aprovado. No site do Senado, mais de 2,3 mil pessoas demonstraram ser favoráveis à proposta e apenas 104 disseram não concordar. A Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos (Anpac) também se diz a favor da iniciativa.

— Quando algum órgão da administração abre um processo seletivo só com cadastro, pode ser que a intenção seja mera-



Gerardo Magalhães/Agência Senado

mente arrecadatória, numa clara má-fé do administrador — diz Marco Antonio Araújo Junior, presidente da entidade.

O diretor-geral da Rede Alub de Ensino, Alexandre Crispí, que oferece cursinhos preparatórios, observa que muitos estudantes já nem fazem inscrição quando se deparam com um concurso exclusivo para cadastro.

— Já sabem que é grande a chance de não haver nomeações futuras. É uma pegadinha que não pega muita gente mais. A reserva é importante e pode até existir, para que o administrador possa planejar a médio prazo e ter flexibilidade, mas não pode haver exclusividade de vagas para sua formação — opina.

## Lei geral

Outras propostas de alteração de regras relativas a concursos estão tramitando no Senado. É o caso da PEC 75/2015, do ex-senador Douglas Cintra, que abre caminho para a elaboração de uma lei nacional com regras gerais para todos os concursos, tanto os da União como os dos governos estaduais e municipais. A PEC garante ao Congresso

a iniciativa dessa lei nacional, sendo concedida autonomia aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal para elaborarem normas com as mesmas diretrizes.

A PEC foi aprovada em junho do ano passado na CCJ e está pronta para ir para o Plenário. Na ocasião, o relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), ressaltou que diretrizes nacionais mínimas para os concursos são essenciais.

— O instituto do concurso público é uma das maiores conquistas do povo brasileiro e representa um dos mecanismos mais democráticos e republicanos de acesso aos cargos e empregos públicos em nosso país. Desse modo, não se pode admitir a continuidade da ocorrência de fraudes e de ineficiência em concursos — afirmou.

## Reivindicações

Já o PLS 30/2012, de Acir Gurgacz (PDT-RO), foi apresentado para atender uma série de reivindicações dos candidatos. O projeto é amplo e trata, por exemplo, de critérios para definição do valor da taxa de inscrição, formas de isenção e cobrança.

Também estabelece sanções para casos de fraude, define prazo e forma para divulgação de gabaritos, regula as formas e prazos mínimos para recurso e veda o uso de doutrina isolada e (ou) jurisprudência não predominante, salvo referência expressa no enunciado da questão.

O projeto está na CCJ aguardando designação de relator. — O concurso é uma instituição muito confiável e temos bancas muito sérias, mas é preciso aparar algumas arestas. Hoje muitos problemas relativos às seleções sobrecarregam o Judiciário pela falta de legislação específica — opina Crispí.

Concursos com inscrições abertas	
Ministério Público do Paraná	- Nível superior em direito - Vagas: 12 - Inscrição: Até 25 de abril - Taxa: R\$ 220 - Prova: 28 de maio - Salário: R\$ 28.818 - www.mppr.mp.br
Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais	- Níveis médio e superior - Vagas: 9 - Inscrição: até 7 de abril - Taxa: R\$ 75 e R\$ 90 - Prova: 7 de maio - Salário: R\$ 1.570 a R\$ 7.480 - www.crmvsc.ieses.org
Tribunal de Justiça de São Paulo	- Nível médio (escrevente) - Vagas: 590 - Inscrições: até 17 de maio - Taxa: R\$ 68 - Prova: 2 de julho - Salário: R\$ 4.473 - www.vunesp.com.br
Polícia Militar de São Paulo	- Nível superior em medicina - Vagas: 74 - Inscrições: até 8 de maio - Taxa: R\$ 200 - Prova: 11 de junho - Salário: R\$ 6.458 - www.vunesp.com.br
Polícia Militar do Piauí	- Nível médio (soldado) - Vagas: 480 - Inscrições: até 17 de abril - Taxa: R\$ 80 - Prova: 21 de maio - Salário: R\$ 3.100 - www.pm.pi.gov.br/concursos.php
Ministério Público de Roraima	- Nível superior em direito (promotor) - Vagas: 4 - Inscrições: até 5 de abril - Taxa: R\$ 220 - Prova: 3 de junho - Salário: R\$ 24.681 - www.cespe.unb.br/concursos
Prefeitura de Belo Horizonte	- Nível superior em direito (procurador) - Vagas: 5 + cadastro reserva - Inscrição: Até 12 de abril - Taxa: R\$ 155 - Prova: 25 de junho - Salário: R\$ 7.630 + gratificações variáveis cuja soma não pode ultrapassar o teto constitucional - www.cespe.unb.br/concursos
Polícia Civil de Mato Grosso	- Nível superior em direito (delegado) - Vagas: cadastro de reserva - Inscrição: até 2 de maio - Taxa: R\$ 180 - Prova: 9 de julho - Salário: R\$ 19.316 - www.cespe.unb.br/concursos
Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Norte	- Nível médio (soldado) - Vagas: 70 - Inscrição: Até 6 de abril - Taxa: R\$ 80 - Prova: 21 de maio - Salário: R\$ 2.904 - www.cbm.rn.gov.br
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe	- Níveis médio e superior em diversas áreas: contabilidade, agronomia, engenharia florestal, edificações, eletrotécnica, mecânica e outras. - Vagas: 9 - Inscrição até 7 de abril - Taxa: R\$ 80 a R\$ 100 - Prova: 28 de maio - Salário: R\$ 1.808,38 a R\$ 5.622 - www.advise.net.br
Conselho Regional de Odontologia de Alagoas	- Nível médio: auxiliar administrativo, auxiliar técnico de procuradoria, fiscal e recepcionista. - Vagas: 4 - Inscrição até 6 de abril - Taxa: R\$ 52 - Prova: 28 de maio - Salário: R\$ 937 a R\$ 2.163,23 - www.idecan.org.br



Câmara Legislativa do DF, onde comissão está preparando próximo concurso

## Alguns dos órgãos mais cobiçados pelos candidatos não têm data para seleção

Mesmo sem ter a confirmação de processo seletivo para 2017, algumas instituições públicas continuam despertando a atenção de cursinhos preparatórios e estudantes de todo o país.

Uma delas é a Câmara Legislativa do Distrito Federal, que formou em janeiro uma comissão de servidores para preparar o próximo concurso. O último foi feito há 11 anos, e o resultado se reflete no quadro de pessoal. Dos 1.056 cargos efetivos existentes, 406 estão vagos.

Bacharel em letras, Adriane Oliveira aguarda com ansiedade a chance de disputar uma vaga no Legislativo do Distrito Federal, atraída pelo bom salário e pela estabilidade.

— Acredito que esteja à frente de muitos outros candidatos, pois venho estudando há dois anos. Uma hora vão ter que abrir o concurso. Enquanto não sai, sigo me preparando — afirma.

## Ministério Público

O Ministério Público da União publicou no dia 22 de março no *Diário Oficial* uma portaria para formar uma comissão responsável pelo próximo concurso da instituição.

Será o décimo concurso do Ministério Público da União para técnicos e analistas. Mas ainda não há datas nem previsão de vagas.

A Câmara dos Deputados também atrai grande número de interessados. Segundo a assessoria de imprensa da instituição, há uma autorização para concurso expedida por ato da Mesa Diretora em 2014. Todavia, não existe estimativa sobre datas. No Senado, também não há previsão de seleção imediata.

## Polícias

No âmbito do Poder Executivo, a Polícia Federal costuma ser uma das opções mais visadas. O comando da instituição informa que é preciso preencher 1.758 vagas de escrivães, agentes, delegados e peritos e que já apresentou um pedido ao Ministério do Planejamento para a abertura de um novo processo seletivo.

Também a Polícia Rodoviária Federal já apresentou um pedido para preencher os quadros. Segundo a entidade, foram solicitadas 1.300 vagas. No primeiro semestre do ano passado, um pedido já havia sido feito para 1.500 vagas, mas foi negado pelo Executivo.

## Crise afetou concursos, mas estudos não podem parar, alerta especialista

O ano de 2017 não vai ser dos mais fáceis para aqueles que pretendem entrar no serviço público. A crise econômica que afeta o país atingiu em cheio não só a União, mas prefeituras e governos estaduais, refletindo diretamente na redução do número de vagas e, consequentemente, nos concursos.

O Poder Executivo federal, por exemplo, continua com novos certames suspensos durante o ano, e as 13 mil vagas previstas na Lei Orçamentária de 2017 só serão aproveitadas em situações excepcionais, segundo o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Mas a tendência é melhorar a médio prazo. Além disso, nem todos os estados e municípios suspenderam seus processos

seletivos. Há ainda as vagas oferecidas pelas estatais e forças militares, lembra o diretor-geral da Rede Alub, Alexandre Crispí.

— O senso comum de que não tem mais concurso público é uma inverdade. O número de vagas oferecidas diminuiu em torno de 15% a 20%, mas o número de candidatos caiu ainda mais, cerca de 30%. Na prática, pode até estar mais fácil passar hoje do que há dois anos, quando havia muito mais vagas disponíveis — opina.

A previsão de Crispí não leva em conta projeto de lei sobre terceirização aprovado pelos deputados e recém-sancionado pelo presidente Michel Temer. Há outro projeto sobre o tema tramitando no Senado e há a chance de o assunto voltar a ser

discutido na reforma trabalhista em curso na Câmara.

De acordo com ele, atualmente há cerca de 8 milhões de pessoas se preparando para concursos. São 15 mil vagas abertas para concursos federais, estaduais e municipais e até o fim do ano esse número



Cursinho preparatório para concurso público em Macau, no Rio Grande do Norte

deve chegar a cerca de 65 mil, menos que as 80 mil vagas de anos anteriores.

O presidente da Anpac, Marco Antonio Araújo Junior, acrescenta que, por causa da iminente reforma da Previdência, cresceu o número de aposentadorias.

— A máquina pública não

pode parar. As áreas de fiscalização e policial demandam mais gente a cada ano — adverte.

Quando o assunto é concurso, o centro das atenções de estudantes e professores é o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. De acordo com o Decreto 6.944/2009, compete ao Planejamento autorizar a realização dos certames nos órgãos públicos, nos demais ministérios, nas autarquias e fundações.

A exceção fica por conta das empresas públicas (como Correios e Caixa Econômica Federal) e sociedades de economia mista (como Petrobras e Banco do Brasil).

Também têm autonomia para formar seus quadros a Defensoria Pública da União,



Alexandre Crispí, Diretor-Geral do Grupo Alub

Veja o vídeo sobre as propostas que podem mudar a forma de realização de concursos públicos: <http://bit.ly/PECconcursos>

**Saiba mais**

**Proposta de Emenda à Constituição 29/2016, que trata do cadastro de reserva e da abertura de concursos**  
<http://bit.ly/PEC29de2016>

**Proposta de Emenda à Constituição 75/2015, com diretrizes únicas para concurso federal, estadual ou municipal**  
<http://bit.ly/PEC75de2015>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)